

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Fundação Perseu Abramo**

Eliane Teresinha de Souza Silveira

**GABINETE DIGITAL: DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO
PARA OS GOVERNOS LOCAIS**

São Paulo

2014

**Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Fundação Perseu Abramo**

Eliane Teresinha de Souza Silveira

**GABINETE DIGITAL: DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO
PARA OS GOVERNOS LOCAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Pós-Graduação em Gestão e
Políticas Públicas da Fundação
Escola de Sociologia e Política de
São Paulo para obtenção do título
de Especialista.

Orientadora: Alessandra Felix de Almeida

São Paulo

2014

Dedicatória

À Fundação Perseu Abramo, pela oportunidade.

*Às colegas Emília Guerreiro e Edna Assunção,
pela parceria e solidariedade.*

Aos meus maiores apoiadores,

Tiago Silveira e Pedro Conte.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. MARCO CONCEITUAL	10
3. DEMOCRACIA DIGITAL	13
4. A EXPERIÊNCIA DO GABINETE DIGITAL DO RS	16
5. GABINETE DIGITAL NOS GOVERNOS LOCAIS	20
6. CONCLUSÃO	24
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RESUMO

A sociedade em rede cobra mais democracia e mais participação. Na década de 90 as Administrações Petistas em diferentes municípios brasileiros se notabilizaram na adoção de instrumentos de Democracia Participativa, sendo o Orçamento Participativo uma ferramenta que ganhou notoriedade e adesão mundial. Duas décadas depois cabe ao PT inovar novamente, complementando o sistema de participação presencial com experiências de participação digital em rede. O presente trabalho aborda a experiência do Gabinete Digital do Governo do Estado do RS e se propõe a aplicar a experiência em 15 prefeituras petistas de diferentes regiões do Estado, ampliando assim o leque de possibilidades de participação cidadã nos governos populares, em sintonia com as vozes das ruas.

ABSTRACT

The network society demands more democracy and more participation. In the 90 PT administrations in different municipalities distinguished themselves in the adoption of instruments of participatory democracy, and participatory budgeting tool that has gained notoriety and worldwide membership. Two decades later it is for the PT innovate again by complementing the system of classroom participation experiences with digital networked participation. This paper discusses the experience of the Digital Office of the Government of RS and intends to apply experience in PT 15 prefectures of different regions of the state, thus expanding the range of possibilities for citizen participation in popular governments, in tune with the voices the streets.

1. INTRODUÇÃO

As jornadas de junho do ano passado provocaram fortes questionamentos em torno da institucionalidade. Parlamento, Governo, Judiciário foram todos, ao seu tempo, alvo de críticas e cobranças. As ruas bradaram: não nos representam. Diversas foram as análises realizadas em torno desse movimento. Duas conclusões servem de ponto de partida do presente trabalho. A primeira delas é que compreende que as jornadas de junho foram para exigir mais direitos frente às conquistas obtidas na última década. A segunda é a que compreende que a solução do impasse está em promover mais democracia e participação.

Sobre a primeira conclusão, o jornalista Marco Aurélio Weissheimer¹ analisou, em setembro de 2013: *“O Brasil incluiu numa velocidade sem precedentes no Ocidente o equivalente populacional a uma França, no mercado de trabalho, na vida economicamente ativa e na sociedade”*.

Ainda sobre esse prisma, o atual Secretário de Governo do RS, Vinicius Wu² sintetizou: *“...as políticas de transferência de renda, o aumento do salário mínimo, as políticas de inclusão educacional, dentre outras iniciativas, possibilitaram a emergência de um novo contingente social diretamente interessado na qualificação dos serviços públicos e no alargamento dos direitos e das possibilidades de ascensão social.”*

Em relação à segunda conclusão, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro³ defendeu logo após as jornadas de junho: *“A salvação da democracia é mais democracia, não menos democracia. Precisamente para que os limites à autonomia e à liberdade, que devem existir em qualquer ordem, funcionem agora como limite às*

¹ WEISSHEIMER, Marco. Tentando entender o que vai pelas ruas. In Redes, Poder e Democracia. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 183

² WU, Vinicius. Org. Redes, Poder e Democracia. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 159.

³ GENRO, Tarso. Crise democrática e democracia direta. In Redes, Poder e Democracia. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 75.

demandas do cidadão-economicista. E como reforços do protagonismo do cidadão-político, que quer ser sujeito do seu futuro e ajudar a construir o futuro do outro”.

Corroborando com essa posição, o estudo do advogado Rodrigo Beltrão⁴ sobre a cidadania além do voto: *“A sociedade não mais se limita em apenas eleger representantes e entregar-lhes uma procuração e, ao final do mandato, contabilizar os resultados. O povo quer ter voz, e participar de forma mais imediata e frequente do processo político em geral e da formação das leis em particular”.*

De maneira geral, as administrações populares demonstraram capacidade de diálogo e postura democrática na relação com os manifestantes. No RS, nas cidades governadas pelo PT, os manifestantes foram recebidos nas prefeituras, contaram com o apoio dos mandatos legislativos, garantindo espaço para apresentação de suas demandas e construção de alternativas junto aos executivos. A redução ou congelamento do preço das passagens de ônibus foi, por exemplo, a primeira conquista das jornadas de junho em várias cidades.

No RS, o governo Tarso Genro demonstrou-se, desde o início, aberto ao diálogo com os manifestantes. Representantes do movimento foram recebidos pelo governador e medidas foram construídas com base em uma pauta de reivindicações. Da mesa de diálogo aberta foi criado o projeto de lei que instituiu o Passe Livre Estudantil para algumas regiões do estado, com base em critérios técnicos e legais. No plano federal, a presidenta Dilma respondeu com os cinco pactos, no qual destacou-se o Programa Mais Médicos, que conta com forte aprovação popular.

Sobre as medidas adotadas pelo governo federal, o Instituto Ideia⁵, em uma pesquisa nacional de tracking por telefone, aferiu, nos meses de abril e maio deste ano, entre outras, a seguinte percepção: *“De bom da Dilma vai ficar o Mais Médicos.*

⁴ BELTRÃO, Rodrigo. Donos do Poder? Caxias do Sul: Lorigraf, 2011, p. 49.

⁵ IDEIA Inteligência. Pesquisa Nacional Tracking Telefone. Maio, 2014. Salvador, Misto, 25 a 34 anos, Classe B2/C1.

Porque o Brasil estava precisando, porque os médicos daqui tiram muita onda, até a gente que está pagando, está difícil. Estavam se achando os bam bam bam!”

As iniciativas dos governos, no geral, não dão conta do segundo elemento de análise que é a ampliação da participação da sociedade na elaboração e construção das políticas públicas. A maioria dos governos e até mesmo das direções partidárias assistiram, estupefatas, a uma série de mobilizações em rede, construídas de maneira virtual e horizontal, que levaram grandes massas às ruas. É neste ponto que o presente estudo pretende reter-se: a ampliação dos canais de democracia participativa digital nos governos petistas como um instrumento de comunicação e diálogo com os grupos sociais e indivíduos que se organizam e articulam em rede.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul instituiu, em 2011, o Gabinete Digital, alocado, inicialmente, no gabinete do governador e coordenado pelo Chefe de Gabinete. A estrutura faz parte do Sistema de Participação Popular e Cidadã da Administração Estadual. Esse espaço de diálogo direto do governador com a sociedade destacou-se por ocasião das jornadas de junho como um canal de promoção do debate de políticas públicas e construção de alternativas e soluções.

Com três anos de experiência, o Gabinete Digital é uma experiência reconhecida e premiada. No entanto, mesmo com uma plataforma aberta e com um projeto de implementação de baixíssimo custo, até o momento, o modelo não foi transportado para as administrações municipais petistas. O Partido dos Trabalhadores tem, como uma de suas marcas registradas, o fomento da participação popular na definição das obras e investimentos públicos. Neste sentido, o Orçamento Participativo traduz-se numa de nossas mais ricas experiências de construção da democracia participativa e da cidadania ativa.

A inclusão digital cada vez mais acelerada, com a expansão da banda larga, nos desafia a dar um passo a frente, completando a participação presencial com a democracia digital, incluindo na cena decisória novos atores sociais, que, por sua vez, cobram novas formas de participação na esfera pública. Como bem aponta Jéferson

Assunção⁶: “Não apenas na cidade, mas também nos mais longínquos rincões, a realidade do acesso à internet tem revolucionado a maneira como o cidadão participa da vida pública. Mais que isso, ela tem servido para a emergência de novos sujeitos políticos, de novas pautas e reivindicações”.

O objetivo deste estudo é construir, a partir da experiência do Gabinete Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um plano de implantação de experiências municipais de participação e democracia digital, no âmbito dos governos petistas, das cidades polos-regionais do estado. Não se pretende, aqui, substituir a participação presencial, por defender o pressuposto de que é o debate e o diálogo presenciais são fundamentais na formação da consciência cidadã. O que se espera é oferecer às Administrações Municipais um espaço complementar e enriquecedor do sistema de democracia participativa, que permita ampliar o diálogo com os diversos setores da sociedade e, em especial, com os sujeitos que não se identificam com as modalidades tradicionais de participação.

⁶ ASSUMÇÃO, Jéferson. Por um Estado-Rede. *In*: Redes, Poder e Democracia. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 177.

2. MARCO CONCEITUAL

O presente estudo parte da concepção de Gramsci, onde o Brasil é um Estado Ocidental Contemporâneo. Compreende que o país situa-se, atualmente, na estratégia de “guerra de posição”, a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República. Na concepção gramsciana⁷, no modelo ocidental de Estado, *“os mecanismos de controle são cada vez mais baseados na construção de consensos e, portanto, de fortalecimento das mídias e instrumentos de informação e propaganda, ou seja, na esfera da ideologia. Esse Estado ocidental torna-se, assim, permeável à participação, ao controle de espaços, e mesmo às respostas, anseios e necessidades dos dominados”*.

Nessa esteira, adota a contribuição de Boaventura de Sousa Santos⁸ sobre o alargamento do contrato social: *“os setores excluídos do contrato vão, com o tempo, às lutas, forçando e entrando nesse contrato, exigindo e obtendo espaço e transformações nele”*.

Da mesma forma, compartilha a concepção de desafio cognitivo para a transformação do Estado Herdado para o Estado Necessário apresentada por Renato Dagnino⁹. Para isso, assume a ideia de que o Estado vigente é incompatível com a proposta de mudança que a sociedade brasileira almeja. Em primeiro, como apregoa Dagnino, porque *“sua configuração não corresponde ao conteúdo para onde deve apontar sua ação. De um lado porque sua forma impede que ele formule e implemente políticas públicas com um conteúdo que contribua para alavancar essa proposta. De*

⁷ TADEU, Eduardo. O Estado na concepção marxista. Disciplina: Estado, Administração Pública e a Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.

⁸ TADEU, Eduardo. O Estado na concepção marxista. Disciplina: Estado, Administração Pública e a Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.

⁹ DAGNINO, Renato. A capacitação de gestores públicos: uma aproximação ao problema sob a ótica da Administração Política. Disciplina: Estado, Administração Pública e Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.

outro lado, porque o modo como se processa a ação de governo é irreconciliável com as premissas de participação, transparência e efetividade dessa proposta.”

Dagnino¹⁰ defende que a democracia é condição para a construção de um Estado que promova o bem-estar das maiorias: *“Sem democracia não há participação e transparência nas decisões, não há avaliação de políticas, não há prestação de contas, não há responsáveis, há impunidade”*.

Para completar o referencial teórico, o presente estudo percebe os mecanismos de democracia participativa como espaços de qualificação e promoção da cidadania ativa e, ao mesmo tempo, de transformação do Estado. Adota-se aqui, o conceito de cidadania apresentado por Moisés Marques¹¹, que *“implica em relações mais abertas e transparentes entre cidadãos e governos”*. O autor aponta, ainda, conforme o verbete Cidadania, no Dicionário de Política, que a vigência desta necessita duas condições: *“a pressuposição de que todo o cidadão tem o direito de ser consultado sobre a direção a ser tomada pela sociedade política e o dever de contribuir com algo para as decisões (...); o cidadão, ao ser consultado e participar, precisa ter claro que os resultados das políticas ficarão restritos aos limites da consulta”*.

Por fim, o presente estudo adota a ideia de que a democracia participativa é necessária para que ocorra o controle social sobre o Estado, defendida por Beltrão¹². Para este autor, a democracia participativa pode ser conceituada como *“a postura ativa do povo nos negócios do Estado”*. Esta postura é, por sua vez, o pilar de sustentação do projeto político com bases no socialismo, como aponta Olívio Dutra¹³: *“Para o nosso*

¹⁰ DAGNINO, Renato. A capacitação de gestores públicos: uma aproximação ao problema sob a ótica da Administração Política. Disciplina: Estado, Administração Pública e Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.

¹¹ MARQUES, Moisés. Cidadania e Políticas Públicas. Disciplina: Planejamento de Estado e de Gestão. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.

¹² BELTRÃO, Rodrigo. Donos do Poder? Caxias do Sul: Lorigraf, 2011, p. 44.

¹³ DUTRA, Olívio e BENEVIDES, Maria Victoria. Orçamento Participativo e Socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, p. 9.

projeto, democracia pressupõe participação popular direta e uma nova forma de administração e planejamento, na qual cidadãos e cidadãs se apropriam de dados e informações e exercem o direito soberano de influir nas decisões sobre a aplicação dos recursos públicos”.

3. DEMOCRACIA DIGITAL

É quase uma unanimidade nos dias de hoje, a ideia de que a internet será o principal meio de comunicação de massa deste século. Sua difusão não garante, por si só, que estará a serviço de um projeto alternativo de sociedade. Para Marcos Dantas¹⁴, para que a internet esteja a serviço de um projeto radicalmente democrático é necessário que *“os povos viessem a se engajar numa dura luta que, como tantas outras, não visará democratizar a internet, mas a própria a sociedade e a internet dentro dela.”*

Entender que, assim como a televisão e os jornais, a internet também está a serviço do capital e da sociedade de consumo, não impede que se reconheça que sua disseminação traz mudanças na esfera pública entendida por Habermas¹⁵ como todo espaço de encontro que exige a presença física do indivíduo. Hoje, nas palavras de Dantas¹⁶, a internet parece *“proporcionar a qualquer indivíduo fazer-se presente em qualquer lugar, a qualquer tempo”*.

Neste contexto, a adoção de mecanismos de democracia digital por parte das administrações municipais petistas torna-se uma alternativa ampliar o diálogo, a participação e a construção coletiva de políticas públicas. Exemplo desse campo de possibilidades foi observado por ocasião das jornadas de junho em 2013, onde a força das redes sociais foi evidenciada na mobilização para os protestos.

Segundo Vinicius Wu¹⁷, *“em São Paulo, estima-se que a cada minuto 600 pessoas foram convidadas, através das redes sociais, para participar de atos ou protestos”*. O Secretário de Governo do RS destaca, em sua análise sobre as redes e as ruas brasileiras, que em junho de 2013, a maioria dos governos não conseguiu abrir uma agenda de diálogo com os manifestantes. Coordenador do Gabinete Digital do Governo

¹⁴ DANTAS, Marcos. Comunicação, desenvolvimento, democracia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013, p. 135.

¹⁵ Idem 14

¹⁶ Idem 14

¹⁷ WU, Vinicius. Org. Redes, Poder e Democracia no Século XXI. Porto Alegre: Editora Sapiens. 2013, p. 166.

do Estado do RS, Wu avalia como extremamente positiva a iniciativa do governador Tarso Genro de debater diretamente com os internautas ao vivo. Na ocasião, o portal que transmitiu o diálogo do governador com os manifestantes obteve mais de meio milhão de acessos.

Corroborando neste mesmo sentido, a análise de Jeferson Assunção¹⁸ sobre a construção do Estado-Rede. Para o autor, a cultura digital tem sido “*uma importante aliada da democracia e da consolidação de uma ideia de um Estado sob controle público*”. Ele defende que a internet e a ação cidadã em rede diminuem a distância entre Estado e Sociedade, aproximando governos da população.

Hoje já são várias as iniciativas de governos de esquerda de promoção da participação digital da sociedade. Referência de democracia participativa para o mundo, o Orçamento Participativo ganhou sua versão eletrônica, em caráter complementar à plenária presencial, em diversas prefeituras petistas.

Um exemplo conhecido é o Orçamento Participativo Digital (OPD) de Belo Horizonte, que é paralelo e não complementar ao presencial. Ao analisar três edições do OPD, Possamai¹⁹ considerou a experiência exitosa, uma vez que chegou a somar a participação de 10% dos eleitores do município. Numa análise qualitativa, a autora destaca, ainda, que as votações mais expressivas ocorreram nos três bairros com o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo da cidade, contrariando a ideia de que a exclusão digital inibe a participação eletrônica.

No âmbito nacional, o maior exemplo de democracia digital está nas consultas públicas on line realizadas pelo Governo Federal. Este processo começa com a apresentação de um texto ou versão preliminar, sobre determinada política pública, para discussão. Ferramentas são disponibilizadas para apresentação de propostas de acréscimos ou alterações no texto ou projeto colocado ao debate, bem como para a socialização das diferentes opiniões colocadas em discussão. O estudo apresentado por

¹⁸ ASSUMÇÃO, Jeferson. Por um Estado-Rede. In: Redes, Poder e Democracia no Século XXI. Porto Alegre: Editora Sapiens. 2013, p. 176

¹⁹ POSSAMAI, Ana Júlia. Perspectivas e Desafios da Democracia Digital no Brasil. In: In: Redes, Poder e Democracia no Século XXI. Porto Alegre: Editora Sapiens. 2013, p. 128.

Possamai²⁰ indica que 23 ministérios fazem uso desses mecanismos para a elaboração de políticas públicas. O próprio Marco Civil da Internet foi objeto de consulta e debate eletrônico, onde 23 entidades nacionais contribuíram com o documento que resultou no projeto final, além de contribuições recebidas de mais de 30 países.

No Rio Grande do Sul, a experiência do Gabinete Digital (GD) do Governo do Estado ganhou destaque internacional em seus três anos de existência. Criado em 2011, ligado diretamente ao gabinete do governador, o GD integra o Sistema de Participação Popular e Cidadã do governo, que compreende também: O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Orçamento Participativo, a Interiorização, o Planejamento Plurianual Participativo, o Gabinete dos Prefeitos.

²⁰ Idem 19.

4. A EXPERIÊNCIA DO GABINETE DIGITAL DO RS

O Gabinete Digital é um espaço de participação e diálogo entre a sociedade civil e o governo do Estado. Alocado no início da gestão Tarso Genro no gabinete do governador, hoje o GD está ligado à Secretaria-Geral de Governo, pasta responsável pelo monitoramento de todos os projetos estratégicos da administração estadual. A apresentação que segue sobre o funcionamento do Gabinete Digital, suas ferramentas e resultados, tem por base o estudo organizado por Giuseppe Cocco²¹, que reuniu nove artigos de análise das experiências de participação digital, com referências à experiência do governo gaúcho.

Através das novas tecnologias de informação, o Gabinete Digital se propõe a estimular um maior controle social sobre o Estado bem como uma maior influência da sociedade na definição das políticas públicas executadas pelo governo do Estado. A experiência adotada no RS buscou referência em iniciativas semelhantes de participação digital desenvolvidas nos EUA e na Alemanha.

O portal que dá vida ao GD foi elaborado e é licenciado em código aberto, sendo disponibilizado publicamente, permitindo a replicação de plataformas em outras cidades e estados do Brasil. Da mesma forma todos os seus conteúdos podem ser utilizados por terceiros sem implicações de direitos autorais. O programa permite, ainda, interface com um conjunto de dispositivos móveis, como tablets e smartphones.

Parte integrante do Sistema de Participação Popular e Cidadã do Governo do RS, o GD tem atuado na realização de consultas públicas, audiências públicas digitais e realização de mesas de diálogos digitais sobre temas importantes da conjuntura. Para isso, o portal do GD conta com ferramentas importantes como: De olho nas obras; Governador Pergunta; Governador Responde; Governador Escuta e a Agenda

²¹ COCCO, Giuseppe. Org. Gabinete Digital – Análise de uma experiência. Porto Alegre: Corag. 2013. 153pp.

Colaborativa. Mais recentemente, o GD lançou o MEU RS, o cadastro único digital disponibilizado para cada cidadão gaúcho, através do qual é possível acessar, com um único login, o conjunto dos serviços do estado.

4.1 – O Governador Pergunta

O processo de consulta digital à sociedade civil se dá através da ferramenta Governador Pergunta, onde o governo consulta a cidadania sobre ações e iniciativas que podem e devem ser desenvolvidas para resolver determinada área ou tema. Em 2012, o Gabinete Digital realizou uma consulta pública sobre segurança no trânsito. A experiência contabilizou mais de 240 mil votos, envolvendo a participação de 100 mil pessoas. Dentre as 2100 propostas recebidas, 10 foram priorizadas para execução. Os resultados da consulta estão disponíveis no site do GD²².

O Governador Pergunta também registrou um grande número de participantes ao indagar sobre propostas para melhorias no atendimento da saúde pública. Foram 120 mil votos, 60 mil participantes, 1300 proposições encaminhadas e 50 ações priorizadas. Nas duas iniciativas, o componente presencial também influenciou, com as vans da participação, que coletaram contribuições em todo estado.

4.2 – O Governador Responde

Através desta ferramenta, usuários cadastrados enviam perguntas para o governador e votam em perguntas enviadas por outros internautas que gostariam de ver respondidas. Ao final de um ciclo de 30 dias, a pergunta mais votada é respondida pelo governador, através de um vídeo que é publicado no portal.

4.3 – Governo Escuta

²² Gabinete Digital - <http://gabinetedigital.rs.gov.br/resultados>

Nesta modalidade, o governo promove audiências públicas transmitidas pela internet, onde temas específicos, definidos com antecedência, são debatidos na presença do governador. Duas edições desta ferramenta merecem destaque pelo alcance obtido.

A primeira delas foi a audiência pública com manifestantes que participaram das jornadas de junho em Porto Alegre, integrantes do Bloco de Lutas. O diálogo, com transmissão ao vivo pela internet, ultrapassou a marca de meio milhão de acessos no portal. Fruto desta audiência, o governo designou grupo de trabalho para elaboração do Projeto de Lei para instituir o Passe Livre Estudantil. Em vigor em algumas regiões do estado, o Passe Livre Estudantil é uma política pública conquistada através da mobilização social nos protestos de junho do ano passado e, ao mesmo tempo, construída através da participação popular digital.

A segunda experiência que merece destaque é a série Diálogos sobre a Copa, com realização de três audiências públicas transmitidas pela internet, onde os diferentes setores da sociedade envolvidos com o tema foram chamados ao diálogo. Em uma das edições, vários movimentos sociais foram chamados a opinar sobre investimentos públicos nas obras da Copa, consequências e retornos para a economia do Estado, transtornos e benefícios à população, entre outros.

4.4 – Agenda Colaborativa

Trata-se de um canal onde o governo divulga, de forma antecipada, a agenda de interiorização (roteiros pelo interior do estado) do governador e de seus secretários, incentivando a população a participar da montagem da mesma. Através desta ferramenta, os internautas podem apresentar sugestões de locais a serem visitados em determinada região do estado onde está previsto roteiro do governador, bem como apresentar demandas a serem tratadas pela agenda de governo naquela região.

4.5 – De olho nas obras

Esta ferramenta permite aos cidadãos o acompanhamento e monitoramento das obras em todo o estado. Através deste canal é possível analisar projetos, verificar

detalhes técnicos, fiscalizar o andamento das obras e projetos até mesmo através do envio de imagens dos respectivos canteiros ou locais de obras.

O menu de opções também disponibiliza ao usuário seguir determinada obra, recebendo, em seu email ou endereço de rede social, as atualizações da referida obra. Uma vez por mês, o governador participa através de bate-papo, comentando as obras mais acessadas pelos internautas.

5. Meu RS

Por ocasião do 15º Fórum Internacional de Software Livre, o Governo do RS, através do Gabinete Digital lançou a plataforma MEU RS, através da qual é possível acessar todos os serviços digitais do Estado em um só cadastro. Desenvolvida com software livre, a plataforma pode ser acessada através do endereço www.meu.rs.gov.br. O canal promove a integração dos serviços por meio de um Login Cidadão. De acordo com a equipe do Gabinete Digital, o objetivo da nova ferramenta é tornar o governo mais acessível e eficiente e, ao mesmo tempo, buscar um modelo de gestão mais transparente e democrático.

5. GABINETE DIGITAL NOS GOVERNOS LOCAIS

O Partido dos Trabalhadores do RS governa 74 cidades desde o início de 2013. Destas, destacam-se como pólos-regionais, os municípios de Bagé (Região Campanha), Santana do Livramento (Região Fronteira Oeste), Rio Grande (Região Litoral Sul), Torres (Região Litoral Norte), Vacaria (Região Campos de Cima da Serra), Cachoeira do Sul (Região Vale do Rio Pardo), Lajeado (Região Vale do Taquari). Além destes, o PT governa na Região Metropolitana de Porto Alegre, as cidades de Alvorada, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo, Nova Santa Rita, Nova Hartz e Parobé.

De acordo com o Secretário de Governo do RS, Vinicius Wu, nenhuma prefeitura petista implantou até o momento o Gabinete Digital em nível local. Considerando que trata-se de uma ferramenta de sistema aberto e, portanto, de baixíssimo custo para sua execução, a proposta deste trabalho é oferecer, aos governos municipais localizados na Região Metropolitana e nas cidades pólo-regionais, um plano de ação para implantação dos Gabinetes Digitais Municipais, como uma ferramenta complementar do sistema de participação popular adotado em cada município.

5.1-Escopo

Considerando a definição de projeto do PMBOK²³ como “um esforço temporário realizado para criar um produto ou serviço único”, tem-se, como objetivo a implantação do GD nos 15 municípios citados anteriormente até 2016. Para alcançar esse propósito, um conjunto de ações será desenvolvido, iniciando com uma reunião do Gabinete Digital RS com os prefeitos das cidades para apresentação da proposta. Iniciar pela reunião com os prefeitos é pela convicção de que os chefes do Executivo precisam estar convencidos da proposta para que a mesma seja priorizada e de fato implantada.

²³ MARQUES, Moisés. Gestão Integrada do Planejamento Público. Disciplina Planejamento de Estado e de Gestão. São Paulo: Fesps e FPA. 2013.

No encontro com os prefeitos será apresentada a metodologia do GD, sua plataforma, bem como os custos e equipe necessária para sua implantação em âmbito municipal. Para dar sequência nesse projeto, tratativas entre o GD e a Fundação Getúlio Vargas vão produzir um manual com o passo a passo para criação do Gabinete Digital Municipal. Após esse primeiro encontro, serão agendadas visitas nos municípios que manifestarem interesse na implantação da experiência para iniciar o planejamento, em tempo de incluir o projeto na peça orçamentária a ser encaminhada aos legislativos municipais para votação em setembro.

5.2-Análise de Riscos

Os 15 municípios propostos apresentam realidades distintas de desenvolvimento econômico, social e digital. Possuem formação cultural diferenciada e no contexto geográfico posicionam-se em distâncias diversas da capital do estado. Enquanto Canoas fica ao lado de Porto Alegre, Santana de Livramento está a 500 quilômetros de distância, na fronteira com o Uruguai. Enquanto Novo Hamburgo ponteia a região do Vale do Rio dos Sinos e desponta na economia com a produção coureiro-calçadista, a cidade de Vacaria está nos altos da serra gaúcha.

Além das realidades distintas dos municípios, a que se considerar o perfil dos chefes do Executivo e o peso que conferem ao uso da internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação na gestão municipal. Outro fator a ser mensurado é o parque tecnológico de cada prefeitura e sua infraestrutura de rede.

Também necessário analisar o quadro técnico que cada prefeitura dispõe para implantar e operacionalizar a plataforma. O grau de risco será maior ou menor dependendo da disponibilidade de recursos humanos familiarizados com as novas tecnologias da informação.

5.3-Prazos

O plano de ação aqui esboçado trabalha com um ciclo que inicia no início de julho de 2014, com o primeiro encontro dos gestores e encerra-se em junho de 2016, prazo em

que se pretende ter o Gabinete Digital Municipal implementado nas 15 cidades. O cronograma de trabalho proposto é o seguinte:

Período	Ação
Início de julho de 2014	Encontro do GD do Governo RS com os 15 prefeitos(as) petistas, para apresentação da proposta do GDM.
Julho de 2014	Visitas às prefeituras interessadas em implantar o projeto já em 2015, para diagnóstico da realidade e planejamento
Agosto de 2014	Estudo do PPA e da LDO para verificar a existência de metas orçamentárias para execução do projeto. Inclusão do Projeto de Implantação do GDM no Projeto de Lei Orçamentária a ser enviado aos Legislativos Municipais.
Setembro a Dezembro de 2014	Sensibilização da equipe de governo para a nova ferramenta, treinamento dos(as) servidores(as) públicos, desenvolvimento da plataforma para a realidade municipal.
Setembro a Dezembro	Mapeamento das Redes Sociais e rede de usuários de internet no município.
Setembro a Dezembro	Definição das ferramentas e das bases de consulta e participação popular que serão adotadas pelo Gabinete Digital
Janeiro a Fevereiro	Execução do Projeto
Março	Lançamento do Gabinete Digital Municipal

5.4-Recursos

Como apontado na análise de risco, a definição dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos é imprescindível para a execução do projeto. O primeiro desafio, sem dúvida, é gravar os recursos necessários no orçamento municipal. É a partir do orçamento que são garantidos, por sua vez, os recursos materiais e tecnológicos necessários ao desenvolvimento do GDM.

No que tange os recursos humanos, um mapeamento de quadros se faz necessário, oportunizando a chamada valorização da “prata da casa”. A ausência de quadros experimentados em comunicação digital no âmbito da prefeitura poderá ensejar a contratação de assessoria especializada ou mesmo de cursos de treinamento, o que por si só abre necessidade de financiamento específico para esta atividade.

5.5-Comunicação

Cada passo do presente projeto exigirá a permanente interlocução das Prefeituras com o Gabinete Digital do Governo RS. A direção partidária, através das respectivas secretarias de Assuntos Institucionais, Comunicação e Formação Política, deverão dar o devido acompanhamento e assessoramento aos governos municipais.

5.6 – Gerenciamento de Custos

Esta área do projeto será devidamente contemplada na análise, elaboração e complementação das peças orçamentárias municipais. Além disso, cada Prefeitura poderá vislumbrar projetos de captação de recursos ou linhas de financiamentos destinadas a implantação de novas tecnologias de informação e comunicação digital, reduzindo, assim, a necessidade de aplicação direta de recursos significativos do Orçamento Municipal.

5.7-Qualidade

A implantação dos Gabinetes Digitais Municipais tem por objetivo aprofundar a democracia participativa em 15 cidades administradas pelo Partido dos Trabalhadores, oportunizando a participação popular digital, como espaço complementar da participação presencial. A destinação de recursos para este fim somente se justifica com o compromisso dos(as) prefeitos(as) de fazer do GDM um espaço real de debate, diálogo, construção e definição de políticas públicas.

Qualquer decisão que torne o GDM um mero espaço consultivo ou de propaganda das ações de governo estará desvirtuando sua finalidade e, com isso, desperdiçando recursos públicos. É fundamental que, chamados a participar, os cidadãos vislumbrem seu papel no processo decisório e, mais do que isso, possam identificar, no futuro, os frutos da sua participação. Para isso, o GDM necessita prever espaços e ferramentas de Feedbacks, a exemplo do “De olho nas obras” do Gabinete Digital do Governo RS.

6. CONCLUSÃO

O Gabinete Digital do Governo RS, em três anos de existência, mobilizou milhares de homens e mulheres para a participação através da internet. A singularidade da experiência resultou na conquista de quatro prêmios nacionais e dois internacionais: Prêmio Conip de Excelência e Inovação na Gestão Pública, Prêmio A Rede 2011, Prêmio TI&Governo 2011, Prêmio e-gov de Excelência em Governo Eletrônico, e no âmbito internacional o Prêmio Bank Beneficiary Feedback Awards, concedido pelo Insituto do Banco Mundial, e o Prêmio Puntogov da Red Gobierno Abierto.

Esse canal de diálogo mostrou-se muito eficiente na relação com os diferentes movimentos reivindicatórios com os quais abriu relação. É o caso dos atores das jornadas de junho, dos movimentos sociais que debatem o tema da Copa, das categorias de servidores públicos que canalizaram suas demandas para a ferramenta o Governador Responde.

Os números da participação, por si só, já apontam para o êxito da experiência. No entanto, é necessário, ainda, avançar no retorno do que é debatido para a população. Ao acessar o Gabinete Digital é possível conhecer as propostas sugeridas e votadas, mas não é possível verificar quais já foram realmente executadas. Esse retorno é crucial para que o internauta volte a participar.

O Brasil tem vivido desde junho de 2013, um período de certa efervescência reivindicatória de um conjunto de movimentos, articulados ou não. O poder local, mais próximo do cidadão, é a primeira porta a qual se bate. Por esta razão, as Prefeituras Petistas, por seu caráter democrático e popular, devem estar preparadas para avançar na sua capacidade de diálogo e de articulação com a sociedade e com os novos sujeitos e atores que emergem das redes sociais.

A implantação do Gabinete Digital Municipal oportunizará às prefeituras petistas a ampliação dos seus instrumentos de democracia participativa, alcançando um setor que tradicionalmente não se sensibiliza para a participação presencial. Acredita-se que, ao aceitar o convite para implantar o GDM, cada prefeitura vai abrir um canal de diálogo com um setor da sociedade que se organiza e articula em rede, que tende mais à

participação digital do que à participação presencial. Um público afeto às novas tecnologias e às novas formas de trabalho não material. Um público cada vez mais jovem e feminino.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSUMÇÃO, Jéferson. Por um Estado-Rede. *In: Redes, Poder e Democracia*. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, pp. 176-177.
- BELTRÃO, Rodrigo. Donos do Poder? Caxias do Sul: Lorigraf, 2011, p. 44.
- BELTRÃO, Rodrigo. Donos do Poder? Caxias do Sul: Lorigraf, 2011, p. 49.
- COCCO, Giuseppe. Org. Gabinete Digital – Análise de uma experiência. Porto Alegre: Corag, 2013. 153pp.
- DAGNINO, Renato. A capacitação de gestores públicos: uma aproximação ao problema sob a ótica da Administração Política. Disciplina: Estado, Administração Pública e Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.
- DANTAS, Marcos. Comunicação, desenvolvimento, democracia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013, p. 135.
- DUTRA, Olívio e BENEVIDES, Maria Victoria. Orçamento Participativo e Socialismo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, p. 9.
- IDEIA Inteligência. Pesquisa Nacional Tracking Telefone. Maio, 2014. Salvador, Misto, 25 a 34 anos, Classe B2/C1.
- GENRO, Tarso. Crise democrática e democracia direta. *In Redes, Poder e Democracia*. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 75.
- MARQUES, Moisés. Cidadania e Políticas Públicas. Disciplina: Planejamento de Estado e de Gestão. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.
- POSSAMAI, Ana Júlia. Perspectivas e Desafios da Democracia Digital no Brasil. *In: In: Redes, Poder e Democracia no Século XXI*. Porto Alegre: Editora Sapiens. 2013, p. 128.
- TADEU, Eduardo. O Estado na concepção marxista. Disciplina: Estado, Administração Pública e a Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.
- TADEU, Eduardo. O Estado na concepção marxista. Disciplina: Estado, Administração Pública e a Gestão Democrática e Popular. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. Fundação Perseu Abramo e Fespsp. 2013.
- WEISSHEIMER, Marco. Tentando entender o que vai pelas ruas. *In Redes, Poder e Democracia*. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 183
- WU, Vinicius. Org. *Redes, Poder e Democracia*. Porto Alegre: Editora Sapiens, 2013, p. 159.

